



Realização:



Apoio:

MINISTÉRIO
DO ESPORTE



Perspectivas para o esporte universitário

Perspectivas para o esporte universitário:

reflexões do 1º Encontro Nacional
de Atléticas Universitárias



Augusto Cesar Rios Leiros - Cássia Damiani
Fabiana de Souza Costa - José Roberto Gnecco
Júlio Filgueira - Luciano Cabral



Realização:



Apoio:









PERSPECTIVAS PARA O ESPORTE UNIVERSITÁRIO: REFLEXÕES DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE ATLÉTICAS UNIVERSITÁRIAS

Augusto Cesar Rios Leiros - Cássia Damiani
Fabiana de Souza Costa - José Roberto Gnecco
Júlio Filgueira - Luciano Cabral







PERSPECTIVAS PARA O ESPORTE UNIVERSITÁRIO: REFLEXÕES DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE ATLÉTICAS UNIVERSITÁRIAS

1^a Edição

Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)
Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ)
2010



1º Encontro Nacional de Associações Atléticas Universitárias

Coordenação do Encontro

Fabiana Costa

Apoio à organização do Encontro

Michelly Abdalla, Carlos Alexandre Pedroso Vianna e Rovilson Portela

Realização

Associação Nacional de Pós-graduandos e Centro de Estudos e Memória da Juventude

Apoio

Ministério do Esporte

Coordenação Editorial

Brenda Espindula

Jornalista responsável

Fernando Henrique Borgonovi

Projeto gráfico e diagramação

Espalha Fatos Comunicação Ltda e Ricardo dos Reis

Transcrição e pesquisa

Maestra Produções Ltda

Esta publicação não pode ser vendida.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição Uso Não-comercial- Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Brasil. Para ver cópia da licença, visite <http://creativecommons.org/>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (ANPG)

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana

São Paulo – SP CEP 04101-200

presidencia@anpg.org.br

CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE (CEMJ)

Av. Treze de Maio, 1016 – Cj. 02 – Bela Vista

São Paulo – SP – CEP 01327-000

comunica@cemj.org.br



SUMÁRIO

Apresentação.....	8
As ações do Ministério do Esporte na promoção de políticas públicas	
Cássia Damiani.....	11
A relação entre esporte e lazer, juventude e políticas públicas	
Augusto Cesar Rios Leiros.....	21
Políticas públicas de esporte para a juventude	
Fabiana de Souza Costa	27
O esporte universitário em perspectiva – o papel da CBDU	
Luciano Cabral.....	31
Política pública de esporte - A perspectiva dos jogos universitários	
Júlio Filgueira.....	35
O legado dos grandes eventos esportivos – Copa de 2014 e Jogos Olímpicos	
José Roberto Gnecco.....	41



APRESENTAÇÃO

Após ter sido escolhido, para realizar a Copa do Mundo de 2014, neste momento o Brasil festeja também sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Mais que nunca, o esporte toma conta das rodas de conversas, estimula o mercado esportivo a projetar o seu crescimento, nutre o anseio de milhares de jovens de se tornarem atletas. A realização, em nosso país, de dois megaeventos esportivos faz vibrar o povo e a juventude brasileira, que sonham com a possibilidade de uma geração vitoriosa de atletas representantes de nosso país.

Essa realidade atesta que há, na atualidade, um vasto campo de possibilidades de criação e/ou aperfeiçoamento das políticas de juventude e esporte. Assim, promover reflexões sobre a formulação de políticas públicas de esporte para a juventude brasileira — considerando os aspectos da participação e da universalização da prática e do conhecimento esportivo — é assunto que está na ordem do dia. Para tanto, as lideranças esportivas e autoridades de governo devem saber aproveitar o rico manancial de reflexões que vem brotando do debate nacional sobre essa temática.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e o Centro de Estudos e Memórias da Juventude (CEMJ), atentos a esse debate efervescente, realizaram o 1º Encontro Nacional de Associações Atléticas Universitárias, durante os dias 11 e 12 de junho de 2009, na Faculdade Anhanguera, na cidade de Campinas/SP. O encontro envolveu as Associações Atléticas Universitárias para a proposição de políticas que visem à melhoria do esporte educacional universitário.

Como organizações que fomentam a prática esportiva a milhares de estudantes universitários, as Atléticas são capazes de materializar uma estreita ligação entre as demandas da sociedade civil e as políticas de estado para a área do esporte educacional. Ainda, pelas suas características, elas são espaços privilegiados para a promoção do debate sobre os nexos entre educação e esporte. O encontro das Atléticas Universitárias estimulou a reflexão sobre os caminhos para o esporte educacional universitário, bem como promoveu o protagonismo das Atléticas na avaliação das políticas de esporte. As mesas de debate realizadas trataram sobre as políticas públicas de esporte, a gestão do esporte universitário no Brasil e o legado dos megaeventos esportivos para a juventude.

Nos apontamentos feitos pelos convidados durante os debates realizados – boa parte das apresentações constitui esta publicação – e nas considerações levantadas pelos participantes do Encontro, o tema que mais os preocupou foi a relação entre alto rendimento e participação no esporte educacional universitário, com vistas à democratização do acesso ao esporte pela juventude.

A constatação feita pelos participantes é de que, atualmente, o esporte brasileiro tem seu desenvolvimento dificultado em grande medida pelo enorme número de brasileiros excluídos da prática esportiva, uma forma privilegiada de promoção da cidadania e do desenvolvimento humano. Em função disso, o primeiro dos objetivos enumerados pela Política Nacional do Esporte é a democratização



e universalização do acesso ao esporte. Os espaços de concentração da juventude – com destaque para o sistema educacional – representam o lugar por exceléncia onde podemos encontrar a possibilidade de promover a democratização plena e a universalização do acesso ao esporte.

Como assegura a Política Setorial do Esporte Educacional, a articulação entre o sistema educacional e o sistema esportivo é essencial para assegurar a ampliação da participação de jovens de todos os níveis de ensino em atividades e eventos esportivos, inclusive em competições nacionais e internacionais, tendo em vista não apenas a elevação do Brasil no cenário esportivo mundial, mas também para a criação de capacidades e habilidades indispensáveis ao processo de formação e desenvolvimento humano. Desenvolver as políticas de juventude em sua dimensão esportiva é a melhor forma de transformar as políticas públicas de esporte em políticas de massa, que envolvam milhões de beneficiados.

Outro tema de destaque durante o Encontro de Associações Atléticas foi o debate sobre o legado dos megaeventos esportivos que a Brasil sediará nos próximos anos. Além de abordar questões sobre a apresentação das candidaturas e os compromissos firmados a partir delas, os palestrantes enfatizaram a possibilidade de fortalecimento do Estado brasileiro, anfitrião dos eventos esportivos, no tocante à economia, à cultura, à inclusão social, ao planejamento urbano, etc. Ainda, as reflexões dos participantes reafirmaram que, com a realização de encontros esportivos de grande notoriedade, o país tem a possibilidade de contribuir não só com o desenvolvimento do esporte, mas com o próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Foi enfatizado também que, mais do que uma estratégia técnica, o sucesso da organização de megaeventos esportivos (e, consequentemente, a conquista de legados sociais) depende do desafio de traduzir o discurso institucional dos dirigentes públicos em uma efetiva gestão socialmente responsável, em que envolva os setores sociais de forma permanente e estruturada. Ainda, o que está em jogo com a promoção de eventos esportivos, para além dos efeitos do esporte para as mudanças sociais, é a possibilidade de reorganizar a estrutura social urbana na qual o megavento se realiza, passando pela definição dos papéis a serem desempenhados pelos setores sociais.

Nesse sentido, é preciso garantir a presença ativa da juventude não apenas no âmbito do usufruto dos bens e atividades esportivas, mas também, e principalmente, na gestão participativa. O segmento juvenil precisa estar presente no debate das estratégias de ação voltadas à garantia de legados sociais dos eventos esportivos. Como forma de efetivar essas ações é de fundamental importância valorizar o associativismo juvenil e o protagonismo das entidades e movimentos juvenis. É de fundamental importância o envolvimento de lideranças de grêmios, centros acadêmicos (CAs), diretórios centrais estudantis (DCEs) e Atléticas Acadêmicas. Em particular a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Conferederação Brasileira de Desporto Univer-



sitário (CBDU), Confederação Brasileira de Desporte Educacional (CBDE) e suas federações precisam ser vistas como interlocutores prioritários no processo de formatação e efetivação das políticas de juventude e esporte.

Por fim, o Encontro Nacional de Associações Atléticas foi relevante para que se identificasse as problemáticas específicas, no que concerne ao esporte educacional universitário, presentes na realidade das universidades, situando-as nos limites mais amplos da política nacional de esporte. O Encontro estimulou a superação de certa atitude derrotista – a qual valoriza mais os problemas do que as soluções - e exigiu de todos uma postura mais propositiva em relação à política de esporte para juventude, reafirmando a visão de que os desafios atualmente colocados no cenário político favorecem a superação do que historicamente foi construído enquanto política de esporte.

Brenda Espindula (organizadora)





AS AÇÕES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cássia Damiani

Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso e possui Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Desempenhou a função de professora assistente da Universidade Federal do Ceará e é diretora executiva do Ministério do Esporte. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em políticas públicas.

É um grande prazer, para o Ministério do Esporte, estar no 1º Encontro Nacional de Atléticas, debatendo uma questão desafiadora como é o esporte da universidade. Para além de pensar o esporte no âmbito da universidade e, especialmente, o esporte promovido pelas organização e estruturação pelas Atléticas, evidenciado pela mobilização dos jogos universitários, o desafio é discutir o esporte na universidade na dimensão de uma política nacional, como propõe esse evento. Ainda, é muito interessante a parceria na realização desse evento com a União dos Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP), pois é preciso começar a desmistificar a dicotomia entre o que é a universidade e o que é movimento estudantil, pensando-o em suas expressões na cultura, na pesquisa e no esporte. Para realizar o projeto de universidade, é preciso muito mais do que dividir frações: é preciso rechaçar o preconceito de que cada especialista pode cuidar sómente da sua área, entendendo que é importante também dividir para melhor controlar e avaliar o avanço das políticas educacionais, esportivas e culturais. Mas entendo que o projeto da universidade só ganha se cada vez mais se pensar como um todo. Dito isso, gostaria de trazer algumas questões sobre o eixo “Política Nacional de Esporte”, sobre a qual gostaria de dialogar com vocês. Apresento-o aqui afim de que possamos fazer o vínculo entre o esporte dentro da universidade e a proposição de uma política pública mais ampla de âmbito nacional. Desse espaço de debate e refletindo sobre esse vínculo, penso que podem surgir bons projetos, boas ideias e boas práticas que cada um de vocês, que constroem as Associações Atléticas, que participam da organização do esporte na universidade, seja buscando a organização de jogos ou com uma visão mais ampla de democratização das práticas esportivas para quem não é atleta.



De antemão, agradeço a ANPG e ao CEMJ, reafirmando o compromisso do Ministério do Esporte na co-realização desse evento. Proponho-me aqui para discutir também a relação entre a política de esporte e a política de juventude, pois dessa maneira nos podemos construir e trilhar uma visão de futuro para essa questão. Como primeiro momento de mobilização, já que é o primeiro Encontro Nacional de Atléticas, destaco a importância da presença nesse debate do Luciano Cabral, presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Em outras ocasiões, dialogamos na tentativa de dar outra dimensão qualitativa para as Federações Universitárias, debatendo a questão conceitual do papel dessas Federações no âmbito da organização do esporte. Importante também é a presença do professor César Leiros, representante aqui do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), pelo qual o Ministério tem feito parceria no esforço de discutir a questão da produção do conhecimento na área.

Primeiro, é fundamental ressaltar que a criação do Ministério do Esporte¹ se embasa no Artigo 217², da Constituição Federal. Vocês devem saber que a Constituição Cidadã de 1988 foi elaborada por milhares de mãos, pelo movimento social, e depois foi traduzida pela Assembléia Constituinte em largas linhas políticas. Nela o esporte aparece como dever do Estado. O movimento de criar o Ministério específico, a partir do governo do presidente Lula, reafirma o esporte como política de Estado. Até a sua criação, o esporte serviu à práticas de clientelismos locais, de barganha política. A visão de Estado reduzido, própria de uma visão neoliberal, concebia o esporte como mero instrumento. Distanciando dessa concepção, começamos a refletir sobre o significado do esporte para homens, mulheres, crianças e jovens. Reafirmamos a ideia de esporte como política de Estado e buscamos construir um aparato que traduzisse as vontades que se apresentavam. Para isso, é preciso ouvir, dialogar. Assim, o governo Lula promoveu um movimento geral, deflagrando a participação social e realizando conferências³. Possibilitou-se um aparato organizativo para debater políticas públicas com a população. Nesse processo, algumas áreas

1 - No dia de 31 de dezembro de 1998, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória nº 1.794-8, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato. Em outubro de 2000, o INDESP é extinto e substituído pela SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, separou as duas pastas, ficando o esporte com um ministério próprio. Agnaldo Queiroz, então deputado federal, assumiu então recém-criado MINISTÉRIO DO ESPORTE em janeiro de 2003. Em 31 de março de 2006, deixou o cargo para candidatar-se ao Senado. Quem assumiu o MINISTÉRIO interinamente foi o secretário-Executivo, Orlando Silva Junior, o mais jovem ministro do Brasil, com 34 anos. Orlando Silva foi confirmado como ministro do Esporte no ano 2007. Antes de ocupar a pasta também exerceu o cargo de Secretário Nacional de Esporte e Secretário Nacional de Esporte Educacional.

2 - "Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Seção III – Do Desporto

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

3 - O governo do Presidente Lula definiu a diretriz de ampliar as formas de interação com a sociedade civil organizada. O sentido geral é o de fazer com que o Estado seja mais poroso às agendas produzidas na esfera pública e possibilite formas de incorporar esses sujeitos sociais na produção das políticas demandadas nessas agendas. Até o fim do mandato do presidente Lula, o governo terá convocado 72 conferências nacionais - dessas, 28 ocorreram pela primeira vez, como é o caso da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e da 1ª Conferência Nacional de Educação. As I e II Conferências Nacionais de Esporte foram realizadas em 2004 e 2006 (Fonte: Secretaria Nacional de Articulação Social, Secretaria-Geral da Presidência da República).



como saúde e educação mobilizam mais pessoas, pois tem-se a convicção de que essas questões são direitos fundamentais, como direitos fundamentais historicamente construídos. As pessoas se mobilizam na comunidade para cobrar esses direitos do Estado. Já o esporte não tem o mesmo apelo. Nós tivemos que estimular a população para debater sobre esporte.

Realizamos até agora duas conferências nacionais. Da I Conferência Nacional de Esporte, que reuniu 83 mil pessoas no Brasil de todas as categorias e segmentos, resoluções foram definidas. Uma experiência ainda frágil, mas algumas diretrizes para uma política nacional foram debatidas e deliberadas. É essencial que vocês se aproximem desse olhar para o esporte: ele é mais do que manifestações fragmentadas no dia-a-dia na universidade. O esporte deve ser encarado como construção humana, como prática que está intimamente ligada ao desenvolvimento humano e à construção da humanidade. Por isso, é um direito, como a saúde e a educação.

Nesse sentido, dá pra afirmar que muita gente ficou de fora do esporte no nosso país, seja por causa do aparato legal da Lei Pelé⁴, seja pela precária organização estatal. Outro motivo foi que o campo orçamentário para o esporte foi muito restrito. Até o movimento da construção do marco da política nacional, foram incentivadas as modalidades esportivas mais desenvolvidas às federações e às co-federações olímpicas. As modalidades paraolímpicas, os esportes não-olímpicos e o esporte educacional sofreram um desgaste, um esgarçamento, tanto na qualidade quanto no apoio para prática e difusão. Na maioria das vezes, os professores não foram remunerados para a organização da prática esportiva nas universidades e nas escolas, e muito menos como lazer e participação. Assim, o esporte acabou se estruturando nos clubes privados e em alguns programas excepcionais. Muita gente ficou de fora. É preciso constatar que existe um déficit histórico na promoção do esporte na sociedade brasileira e que é papel do poder público dar conta dessa situação. Por isso, a inclusão social foi um dos principais aspectos que foram levados em conta na formulação de uma política nacional de esporte durante o governo Lula.

Tomou como pressuposto a democratização do esporte, a democracia como valor fundamental: a democratização da prática, do acesso, do conteúdo e da elaboração de políticas. As idéias que estão na cabeça de vocês e das pessoas de outros segmentos devem virar política pública. Por exemplo, pensando a realidade específica das Atléticas, como transformar as associações em instituições importantes para o desenvolvimento do esporte, de forma estruturante? Não basta só pensar o momento objetivo ou as demandas imediatas, em que se é preciso de camisas, de técnicos, de bolsas, etc. Nós precisamos pensar que tipo de apoio, organização e estrutura são necessárias para o fortalecimento de uma política nacional de esporte, essa vinculada ao projeto de desenvolvimento do país. O esporte não é penduricalho. Além do impacto na formação geral

4 - A Lei Pelé é a n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências



do ser humano, o esporte pode ser um espaço de crescimento e organização da população, um espaço de fortalecimento e desenvolvimento do pensamento sobre qualidade de vida. Sem contar, que o esporte tem uma dimensão importante de negócios. Debater a organização esportiva é pensá-la como fator que pode acelerar mudanças, acelerar políticas públicas de melhorias infraestruturais e urbanas, a exemplo das possibilidades que teremos com a realização dos grandes eventos esportivos.

Outro debate essencial é pensar a relação do esporte com a política pública de juventude. O Ministério do Esporte toma como referência a ideia de jovem como sujeito de direitos. O jovem não é apenas uma etapa intermediária a ser cidadão no futuro: a juventude tem que opinar e participar da política no presente. Em relação ao esporte, os jovens devem apresentar suas demandas para o esporte universitário, devem propor como as organizações do esporte universitário têm que ser conduzidas. A noção de sujeito remete à concepção de participação na construção da política e a noção de direitos leva à consideração de que os jovens têm demandas específicas e que devem ser tomadas como direitos a serem garantidos por políticas públicas. Assim, o Ministério busca estar sintonizado com as políticas de juventude que estão sendo propostas pelo governo federal. Passos inegáveis foram dados nesse sentido, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e com a realização da I Conferência Nacional de Juventude. Quero chamar a atenção para a quinta proposta mais votada nessa Conferência, que envolveu mais de 400 mil jovens de todos os cantos do Brasil: a escolha foi para a democratização do acesso à programas esportivos. Uma demanda da juventude por espaço físico, por projetos esportivos, pelo acesso à prática esportiva. Dentre as muitas demandas juvenis que podem ser listadas, como saúde, educação, emprego, o esporte foi deliberado como uma prioridade. Outro dado pelo qual podemos vislumbrar a importância do esporte para os jovens é as conclusões de uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). A pesquisa aponta que as duas grandes necessidades dos jovens para a ocupação do tempo livre são o esporte e a religião. A partir dessas constatações, temos como o jovem e o esporte na universidade como pilares na política nacional de esporte. Constituímos uma coordenação específica de política pública de esporte para a juventude na estrutura do Ministério. Na Secretaria Nacional de Esporte Educacional agora há uma coordenação específica para pensar juventude. Anteriormente, a questão da juventude era espalhada e diluída nos diferentes programas das secretarias do Ministério. Com a coordenação, há um responsável para pensar e articular as bandeiras juvenis locais e regionais com as ações nacionais. A sintonia com a política de juventude acontece também com a participação de representantes do Ministério no Conselho Nacional de Juventude, no qual fazemos parte de um Grupo de Trabalho para pensar o esporte para juventude. Articulamos também a nossa participação na avaliação do PROJOVEM e de outros programas do governo



federal direcionados à juventude.

Quando o Ministério foi criado em 2003, pelo presidente Lula, o foco foi colocado no objetivo estratégico de universalizar o acesso à prática do esporte, ao conhecimento do esporte e a vivência do esporte. Além disso, focamos o esporte como direito e como elemento que contribui com o desenvolvimento do país. Para isso, elegemos cinco eixos, ou seja, eixos como caminho condutor dos programas e políticas. O primeiro no âmbito da inclusão social. O segundo, a qualificação do esporte de alto rendimento, que tem uma característica e uma organização própria, não deve disputar com o âmbito da democratização e exclusão. A promoção de grandes eventos é outra vertente do alto rendimento. Apesar dos grandes eventos trilharem com o esporte de alto rendimento, não é a essência organizativa do esporte. Os legados que estão em torno dos eventos que nos interessam como política pública, porque as outras questões estão mais orientadas para o campo privado. A ampliação de infra-estrutura é outro eixo, a exemplo das Praças da Juventude. Ainda, o eixo de desenvolvimento institucional, que remete à financiamento, às pesquisas de diagnóstica da situação esportiva no país.

No eixo da inclusão social, podemos falar do Programa Segundo Tempo⁵. O seu recorte é infanto-juvenil. Hoje ele não trabalha com os universitários. O Programa Segundo Tempo é o programa estratégico do governo federal em relação ao esporte. Já o Bolsa Atleta é o programa voltado para a qualificação do esporte de alto rendimento. O Segundo Tempo visa a universalização do acesso ao esporte, valorizando o esporte na sua vertente de formação, de vivência esportiva, de contato com o esporte na prática em núcleos que acontecem no contra-turno escolar, seguindo uma lógica de extensão da jornada escolar. Nos seis anos de gestão desse programa, atingimos aproximadamente 5 milhões de crianças. Para ampliar a extensão territorial do programa, precisamos promover parcerias com organizações e instituições, a fim de capacitar gestores para a execução e acompanhamento dos núcleos. Ainda, estamos em fase-piloto em seis universidades brasileiras para a implantação de núcleos de esporte universitário: serão núcleos do Segundo Tempo nas universidades, com uma dinâmica própria e com promoção da gestão democrática. É uma experiência-piloto, que inclusive mostrará as possibilidades de avançar o diálogo com as Atléticas, avançar na interação com a estrutura organizativa da universidade, afim de promover a prática esportiva para quem nunca aprendeu nenhuma modalidade, ou para quem já vivencia o esporte e quer praticar na universidade, ou ainda para quem já é atleta e quer socializar os conhecimentos no espaço da universidade. Nessa questão, demarca-se o papel dos jogos universitários,

5 - O programa Segundo Tempo oferece, no contraturno escolar, prática esportiva, reforço escolar, supervisão pedagógica e alimentação para estudantes da rede pública expostos a risco social. A iniciativa é desenvolvida por meio de convênio com entidades públicas (federais, estaduais, distrital ou municipais) e privadas sem fins lucrativos que tenham, comprovadamente, mais de três anos de atuação na área de abrangência do Projeto apresentado. (Fonte: SNJ, Guia de Políticas Públicas de Juventude, 2010).



inclusive pensando na realização das Universíades.

Outro programa que eu acho interessante para discutirmos é o programa Pintando a Liberdade, demarcado pelo eixo da inclusão social. Através de um convênio do Ministério da Justiça e do Ministério do Esporte, o programa promove a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos. Além da profissionalização, os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados e recebem salário de acordo com a produção. O governo federal monta a estrutura de uma oficina fabril e os apenados são capacitados para a fabricação de materiais esportivos. O grande desafio agora é envolver os apenados do programa para a realização de atividades físicas. Por mais que saia mais caro adquirir materiais esportivos por esse programa, ao invés de comprar da Nike, a função social é a que deve ser preservada. Em pesquisa do Ministério da Justiça, a reincidência carcerária das pessoas que participam desse programa, nos últimos seis anos, foi reduzida em 60%. Outro programa ligado a esse é o Pintando a Cidadania. Ele objetiva envolver pessoas em situação de risco social em fábricas de material esportivo. O programa objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho. Os rendimentos são divididos conforme a produção. O material feito nas fábricas dos dois programas (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) é utilizado pelo Ministério do Esporte para a distribuição em núcleos dos programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade e em escolas e entidades sociais de todo o país e do exterior. Geralmente, os apenados quando saem da prisão e buscam acolhimento dentro da comunidade acabam se envolvendo no desenvolvimento das cooperativas do Pintando a Cidadania, já que apreenderam durante o Pintando a Liberdade.

Outro programa que empondera as comunidades, especialmente os jovens que estão na periferia, é o Esporte e Lazer na Cidade. Através da seleção por chamada pública, o programa visa duas ações fundamentais: a primeira é montar núcleos esportivos organizados em comunidades, núcleos demandados pelo poder público ou por instituições, a fim de qualificar as práticas esportivas ligadas à cultura e ao lazer, de forma intergeracional – reunindo pessoas de diferentes faixas etárias; a segunda, é que essas experiências são estudadas pela Rede CEDES, que faz pesquisas in loco para o desenvolvimento do esporte e do lazer. As comunidades passam a ter dados para pensarem a sua própria organização.

No eixo da qualificação do esporte de alto rendimento, o Bolsa Atleta⁶ também é um dos programas estratégicos do governo federal. Todos os atletas que solicitaram a bolsa foram aten-

6 - O programa oferece apoio financeiro a atletas de alto rendimento que não possuam patrocínio, dando-lhes condições para que se dediquem ao treinamento e participem de competições que lhes permitam desenvolver plenamente a carreira esportiva. Com duração de um ano, prorrogável por igual período, o programa possui quatro categorias: estudantes, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica.



didos. Esse programa garante o desenvolvimento do esporte de rendimento, bem como o esporte escolar, já que muitos atletas estão ainda em fase de formação, estão em processo de escolarização. Das categorias atendidas pelo Bolsa Atleta os que têm demonstrado melhores resultados são os atletas paraolímpicos. Esses atletas nunca tiveram apoio e quando o apoio apareceu, os resultados começam a aparecer. Mas temos que ter clareza que o Bolsa Atleta não cumpre a sua função de maneira isolada. A sua efetividade depende da realização de um conjunto de outras políticas que fomentem o esporte de alto rendimento. Sem contar, a necessidade de se discutir a distribuição de recursos da Lei Agnelo/Piva⁷, bem como as diretrizes do projeto de desenvolvimento do esporte de alto rendimento para o país. Vocês na universidade sabem que tem modalidades que não são apoiadas, apesar de ter atletas bons em modalidades desvalorizadas, geralmente não recebem recursos para o desenvolvimento da modalidade. Inclusive a administração dos recursos destinados não são publicizados. Falta transparência na decisão da aplicação dos recursos destinados ao esporte de alto rendimento. Apesar da autonomia das entidades, federações e confederações, o papel do Estado é intervir e regular os recursos destinados ao esporte alto rendimento, já que são públicos. É preciso estruturar mecanismos que tornem essa questão mais debatida, mais participativa e transparente. Ainda sobre o esporte de alto rendimento, há programas como uma rede de pesquisa sobre esporte de excelência pela qual é constituído e organizado um banco de dados sobre as capacidades dos jovens e de crianças, sob uma visão de busca de talentos.

Outra ação de destaque é o desenvolvimento das Praças da Juventude. Ela demonstra que a juventude é um dos principais focos na política do Ministério. Em parceria com os municípios, o Ministério constrói as praças em grandes cidades, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)⁸. Essa política busca uma nova visão de segurança pública, distanciando-se da repressão, e procura ressaltar o entendimento de que, para reverter o processo de violência no nosso país, é necessário educação, cultura, trabalho e emprego como conjunto de políticas públicas articuladas. A Praça da Juventude se orienta a partir dessa dimen-

7 - Sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 16 de julho de 2001, a Lei nº 10.264 - conhecida como Lei Agnelo/Piva por causa do nome de dois de seus autores, o então Senador Pedro Piva (PSDB-SP) e o então Deputado Federal e ex-Ministro do Esporte Agnelo Queiroz (PC do B-DF) - estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Do total de recursos repassados, 85% são destinados ao COB e 15%, ao CPB. Do montante destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro, 10% devem ser investidos no esporte escolar e 5%, no esporte universitário.

8 - Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar. (Fonte: www.portal.mj.gov.br)



são, como um grande espaço nas periferias dos grandes municípios no qual são desenvolvidos programas integrados do governo federal, desde programas de qualificação profissional a cultura.

Não poderia deixar de apresentar a questão da promoção de grandes eventos esportivos. Esse eixo deve ser analisado para além das possibilidades que são fomentadas nos marcos da capacitação, da dotação do país de grandes estádios, equipamentos esportivos e grandes técnicos esportivos, das possibilidades da organização esportiva no país. Esse eixo é considerado importante pelo Ministério do Esporte, pois ele se articula com um conjunto de políticas relacionadas com o desenvolvimento econômico, com a inserção internacional do Brasil, com a capacidade de atrair recursos e também com a aceleração de políticas locais – de transporte, de telefonia, de aeroportos. Ganhamos a candidatura para os Jogos Militares Mundiais de 2011⁹, que se terão o Rio de Janeiro como cidade-sede. Para a Copa do Mundo de 2014, fez-se o anúncio das 12 cidades brasileiras que sediarão os jogos. Outra candidatura marcante é para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Em setembro, sairá o resultado, mas é importante evidenciar que pela primeira vez o Brasil consegue chegar na fase final da disputa, ao lado de Madri, Chicago e Tóquio.

Para concluir, as ações apresentadas aqui apontam para uma síntese do que significa fazer do esporte uma política de Estado. Ainda, as questões trazidas aqui podem fundamentar a reflexão sobre que relações o esporte universitário, especialmente no âmbito da organização das Associações Atléticas, podem estabelecer para a proposição de projetos férteis que visem à melhoria do esporte na universidade, ao mesmo tempo, que o articulem com as outras bandeiras universais da educação e da defesa da universidade. Fica o desafio de propor, debater, dar cara renovada para o esporte na universidade, frente às oportunidades que estão sendo construídas pela política nacional de esporte. Ainda, a necessidade de transformar as políticas públicas em políticas de Estado, para elas poderem ter vida longa: não ficar a mercê de cada dirigente que entra e muda o que foi construído anteriormente.

A ação do Ministério foi a partir dessas diretrizes que apontei aqui. Fizemos as Conferências para eleger uma política nacional, articulada com políticas setoriais. Estamos experimentando projetos e programas. Procuramos cada vez mais dialogar com os segmentos envolvidos com o esporte, sem privilégio, bem como com a sociedade em geral. Reestruturamos o Conselho Nacional de Esporte, para torná-lo mais participativo e representativo da sociedade civil.

9 - Os 5º Jogos Mundiais Militares serão o maior evento esportivo militar já realizado no Brasil. O evento acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, de 16 a 24 de julho de 2011, e reunirá cerca de 7 mil participantes. Serão aproximadamente 4.900 atletas e 1.800 delegados vindos de mais de 100 países. Vinte modalidades esportivas serão disputadas, algumas inéditas em jogos mundiais militares, como o vôlei de praia. O Brasil deverá participar com 250 atletas e estará representado em todas as modalidades. (Fonte: www.rio2011.com.br)

10 - Contingenciamento se refere ao bloqueio de despesas previstas no Orçamento Geral da União. Procedimento empregado pela administração federal para assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos. As despesas são bloqueadas a critério do governo, que as libera ou não dependendo da sua conveniência.



Ampliamos o orçamento do esporte: quando assumimos em 2003, tínhamos 371 milhões de orçamento, houve uma elevação desse valor, fruto da nossa participação qualificada nos Jogos Pan-americanos em 2008 e das boas respostas da nossa política, que demonstrou ser viável. Contanto, por conta da crise internacional e seu impacto na economia do país houve um contingenciamento¹⁰ de 85% dos recursos destinados ao Ministério do Esporte. Voltamos a marca de 194 milhões no nosso orçamento, o que dificulta desenvolver o projeto ambicioso do esporte no país. Essa é um elemento que faz parte do dia-a-dia do Ministério, disputar recursos orçamentários, brigar pelo descontigenciamento. Entretanto, tenho a certeza que concluiremos essa gestão com um salto importante na defesa das políticas de esporte como políticas de Estado, na proposição e estruturação de um outro modelo de Sistema Nacional de Esporte e Lazer, diferente o que foi determinado pela Lei Pelé, para que de fato o esporte seja parte da vida de milhares de brasileiros, e não somente de alguns. Obrigada!





A RELAÇÃO ENTRE ESPORTE E LAZER, JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Augusto Cesar Rios Leiros

Sócio-pesquisador e Diretor Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). É doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia/Universidade de Lisboa. Atualmente é professor-pesquisador do PPGE da Universidade Federal da Bahia e do PPGEduc da Universidade do Estado da Bahia e horista da Faculdade Social da Bahia. Tem experiência de ensino em Metodologia da Pesquisa nas áreas de Educação, Saúde e Educação Física e estudos e pesquisas no campo da formação de professor, políticas públicas, mídia e juventude.

Gostaria de cumprimentar os organizadores desse encontro. Comentava que a reunião dos segmentos que se ocupam na reflexão sobre a juventude, sobre a organização do movimento estudantil, tanto da graduação quanto da pós-graduação, e da presença da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), conforma uma potência a esse debate. Acho muito interessante. E, ainda, temos aqui pessoas que atuam no movimento estudantil, dirigentes de Atléticas universitárias, pessoas que fazem a prática esportiva. Eu me deterei no debate mais conceitual sobre juventude e no desafio que é pensar esse momento histórico, de efervescência das políticas públicas. Eu avalio que esse Encontro, mais do que respostas, traz a possibilidade de fazermos perguntas sobre o momento em que estamos vivendo, para que assim possamos pensar conjuntamente os caminhos da organização tanto das políticas públicas de um modo geral quanto do desporto universitário brasileiro.

Esse espaço me fez revisitar a experiência que tive muitos anos atrás na condição de dirigente da Federação Universitária Baiana de Esportes, a FUB. Na época, o que movia a crítica naquele momento era o fato de que muitos atletas que tinham oportunidade de participar dos jogos não eram necessariamente atletas daquela instituição. Outra coisa que chamava a atenção na época é que havia uma perpetuação de dirigentes universitários por 20, 30, 40 anos. Pessoas que já não tinham nenhum vínculo com a vida universitária, mas montavam uma estrutura que fazia com que eles se perpetuassem durante muito tempo à frente das direções.

Estamos diante do desafio fantástico, o que propõe esse evento: refletir sobre o papel das Atléticas. Para isso, é preciso atualizar essa reflexão. Aqui a minha contribuição é no sentido



de falar um pouco sobre juventude, esporte e lazer e políticas públicas. Mas não quero deixar de sublinhar que considero a estruturação do Ministério que se ocupa de um fenômeno cultural dos povos do mundo, fenômeno que é o esporte. Sem dúvida, as ações que foram desenvolvidas até agora se constituem como grandes novidades políticas que tivemos oportunidades de vivenciar no período recente.

Para iniciar, é bom ressaltar, evidentemente, que o debate sobre desporto universitário não ocorre descolado do debate sobre a juventude. Como sabemos, a juventude se constitui como um conjunto amplo de pessoas de diferentes segmentos sociais que envolve cada dia mais interesses diferenciados. Pensar a juventude hoje significa pensar em uma questão transversal e que se relaciona com muitas temáticas, seja juventude e comunicação, juventude e trabalho, juventude e educação, juventude e esporte e lazer. Esses são temas recorrentes não só nos debates entre a juventude, mas também entre os debates que se ocupam das políticas públicas ou que se relacionam com os movimentos sociais, de maneira geral. Neles percebe-se o desejo de usufruir o direito ao esporte, aspirando que as práticas esportivas e de lazer sejam para todos. Evidentemente, não poderíamos caminhar por muitas conceituações, pois aqui não é o momento, mas como registro é bom afirmar que, sendo a juventude campo atrator do ponto de vista teórico, eu considero que a sociologia da juventude como campo discursivo e literário é capaz de compreender o esporte, a comunicação, o trabalho, os múltiplos interesses da juventude. E mais, como eles se articulam e como historicamente isso aconteceu. Nós temos muitas formas de conceber as juventudes. A sociologia da juventude nos ajuda bastante a perceber isso, mas sou daqueles que pressupõe que as juventudes não podem ser compreendidas somente como uma fase, uma faixa etária. Longe de uma categoria etária, as juventudes se constituíram sob uma problemática mais ampla, por uma problemática sociológica: nela cabe uma reflexão sobre os direitos que foram assegurados para a juventude; cabem também os estudos das culturas juvenis e o estudo da predominância dos itinerários juvenis, e o quanto, a partir deles, reconhecer como demanda social. É preciso levar em conta as reflexões do professor José Machado Pais: ele procurou transformar o problema social da juventude em problema sociológico, para então pensar os eixos semânticos de unidade e diversidade como algo fundamental, o que leva a problematizarmos o conceito de juventude e pensar em juventudes – assim, podemos fazer referência à diferenciação entre jovens trabalhadores rurais, jovens professores, jovens mulheres, jovens universitários, jovens universitários esportistas, etc. O conjunto de interesses culturais e de demandas crescentes nos coloca diante de uma conceituação de juventudes. Diria que as tentativas de adequação social do jovem têm se colocado por diferentes movimentos, os mais diversos, sejam movimento estudantil, os movimentos sociais, de maneira geral. Inclui-se o movimento pela construção de políticas públicas: cada vez mais as políticas federais passam a ter desdobramento nas políticas estaduais e



municipais, favorecendo uma ressonância o debate da transversalidade nas políticas, sejam elas de trabalho, esporte e lazer, de comunicação. E mais do que isso, efetivamente, estamos vivendo um momento em que a juventude quer ser cada dia mais sujeito da sua própria história. Isso nos coloca diante do desafio de pensarmos as juventudes no âmbito do esporte e do lazer.

Nesse espaço do Encontro Nacional de Atléticas, apesar da relação direta as Associações Atléticas com o esporte, é fundamental que possamos pensar na categoria de lazer. Sabemos que o esporte tem códigos próprios, tem gestos próprios, um conjunto de regras que o caracterizam como fenômeno esportivo, já o lazer pode ser determinado pela sua capacidade lúdica, pela sua abrangência. Penso que a ideia deva ser de estabelecer diálogo combinado entre esporte e lazer. Eles são fenômenos culturais da humanidade, de grande alcance popular e que, a cada dia mais, deixa de ser uma política de “sobre mesa” para alçar um lugar especial nas políticas sociais como um todo. Estamos diante de uma situação gravíssima, porque parte substantiva da juventude brasileira tem o seu tempo, em grande medida, diante da televisão, uma televisão que pratica um monólogo com a sociedade brasileira e impõe referências monoculturais relacionadas ao esporte. O que podemos observar é que o grande espaço midiático promove um único esporte, que é o esporte de alto rendimento. Como não bastasse isso esse espaço midiático, na sua grande hegemonia, trata do futebol, que por sua vez trata de uma única possibilidade de futebol, que é a possibilidade do futebol-performance e grandes equipes.

Esse quadro nos coloca diante de alguns desafios quando falamos na experiência do esporte na universidade. Junto com as associações, nela vamos ter a capacidade de políticas públicas de inclusão social, a capacidade de discutir e de implementar política de esporte universitário. Assim, o esporte é uma prática corporal, mas não é a única a ser valorizada na universidade: é preciso estimular outras práticas corporais. Nessa perspectiva é que podemos pensar nesse Encontro de Atléticas algo mais amplo, algo que possa reconhecer o esporte como seu patrimônio fundamental, mas que possa dialogar com outras manifestações culturais. O esporte, em essência, não é bom, nem ruim. É exatamente a relação com o esporte que se estabelece concepções, metodologias e possibilidades de legitimar essa hegemonia ou contra-hegemonias.

Podemos dividir em quatro grandes momentos a legislação que regula o esporte, de modo geral, em particular o esporte universitário. Nós tivemos o Decreto-Lei nº 3199, de 1941, no contexto da Era Vargas, que durou quase 34 anos. O decreto estabeleceu as bases da organização dos desportos em todo o país e criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). Um segundo ciclo legislativo vai de 1975 a 1993, portanto aproximadamente 18 anos de vigência, fundamentado pela Lei nº 6251/75, que regula o modelo de esporte universitário que temos até hoje, ressaltando a separação do esporte escolar e universitário e uma política nacional de Educação Física e esporte. Segundo, o terceiro ciclo foi estabelecido pela Lei nº 8672/93, que ficou



conhecida como Lei Zico, tendo uma vigência de 5 anos. Por fim, nós temos agora algo extremamente desconfigurado que é a Lei Pelé, que mantém a perspectiva conceitual da Lei Zico e não trata do desporte universitário. Assim, podemos constatar que a referência legislativa que temos para o esporte universitário ainda se encontra nas bases da década de 1970. Portanto, é urgente pensarmos o esporte universitário, não somente como prática de direito, mas numa tentativa de estabelecer uma ressignificação dessa prática. Estando nas universidades, alguns princípios que advogamos na ambiência universitária precisam também ser refletidos nessa experiência. Dito isso, o Estatuto do Esporte, em tramitação no Congresso Nacional, precisa levar em consideração a necessidade de uma nova ordem de estrutura e funcionamento das organizações universitárias esportivas, sob pena de reproduzirmos a legislação da década de 1970, uma legislação inspirada numa perspectiva conservadora, hierárquica e que não pressupunha a pluralidade que vivemos hoje, muito menos a democratização que conquistamos nas políticas públicas, bem como no interior das universidades. Nesse sentido, é preciso ultrapassar a ideia de política de governo e pautar a necessidade de uma política de Estado, com marcos legais que exprimam a realidade contemporânea.

Essa é a opinião do Colégio Brasileiro das Ciências do Esporte (CBCE)¹¹. Estamos interessados que isso ocorra. Para tanto, a CBCE defende a ideia de que é preciso pensar editais públicos; pensar em uma legislação que vá além do que temos hoje, que constitua uma perspectiva sistêmica das políticas de esporte e lazer e que signifique o esporte universitário em consonância com os princípios que estamos vivendo.

Eu finalizo afirmando que o crescimento do abismo entre o Brasil social e o Brasil econômico, bem como o aumento populacional de jovens no território nacional, potencializou o tema juventude no espaço público brasileiro. É muito bom que encontros como esse aconteçam e que o debate desloque de um ideário elitista do esporte, no qual só as pessoas mais habilidosas, os mais altos, os mais fortes, os mais velozes, tenham oportunidade de participar, para a defesa de uma perspectiva de esporte centrado no direito. A superação das problemáticas que afligem a juventude brasileira requer considerar o contexto em que vivemos e, mais do que isso, devemos considerar os jovens como sujeitos de direito. O esporte e as organizações universitárias devem edificar uma política centrada na dialocidade, na diversidade e na pluralidade cultural. Eu imagino que as Associações Atléticas devem ter lado a lado os Diretórios Acadêmicos, os Diretórios

11 -Criado em 1978, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento. O seu evento científico nacional, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realizado a cada dois anos, está entre os principais do país.



Centrais, as Uniões Estaduais, construindo um espaço comum para pensar o esporte universitário e acolhendo o lazer nessa experiência. Isso não significa dizer que vamos desconsiderar a possibilidade potencializar o esporte, as suas regras e as suas referências. Não trata-se de negar a competição, negar o esporte nas suas dimensões, mas é preciso questionar a estrutura do esporte, como ele está organizado, não podemos nos silenciar diante de uma perspectiva esportiva que reproduz o que historicamente tem sido objeto da nossa crítica.

Por fim, a ressignificação do papel das Associações Atléticas, sua articulação com o movimento estudantil e sua inscrição no esporte e no lazer como direito seguramente pode elevar o padrão cultural das juventudes universitárias. Nós só conseguiremos ampliar o nosso olhar sobre o esporte e sobre o lazer universitário, se conseguirmos estabelecer uma aliança com os movimentos sociais de um modo geral: com as associações científicas, com as confederações, etc. Ao tempo em que devemos buscar uma ressignificação das políticas públicas de inclusão social. Assim, poderemos avançar no diálogo com o parlamento brasileiro para pautar uma lei que reconfigure a organização do esporte universitário e no nível de reivindicação junto aos governos estaduais e municipais. E mais, poderemos estabelecer a possibilidade da vivência do esporte articulada com a dimensão lúdica, para que possamos enfim fazer desse país, um país de direitos, e onde as pessoas possam fazer desse lugar, um lugar melhor para ser viver.





POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE PARA A JUVENTUDE

Fabiana de Souza Costa

Doutoranda em Educação: Currículo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP; Conselheira do Conselho Nacional de Juventude (gestão 2008/2009). Atualmente é Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Tem experiência em pesquisas na área de Educação Superior, com destaque para o tema das políticas afirmativas.

Primeiramente, quero agradecer a presença das Atléticas. O Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), decidiu realizar esse 1º Encontro Nacional de Atléticas com o intuito de estimular o debate nacional sobre o tema, por valorizar a importância da realação esporte e juventude. Esse é um primeiro passo, é um primeiro Encontro, mas que tenho a certeza que considerações relevantes serão apontadas durante o evento. Mais do que nunca, as Atléticas universitárias devem ajudar na formulação das políticas de esporte para a juventude. Desde o ano passado, em 2008, com a realização do Seminário Internacional de Políticas de Esporte para a juventude pelo CEMJ, demos um passo importante na formulação de propostas para essa temática. A associação entre esporte e juventude é muito marcante: é uma prática que tem mobilizado muito os jovens. Ao mesmo tempo, é impossível falar de juventude sem pautar o tema do esporte, e mais especificamente sob a ótica do jovem como sujeito de direitos, pensar o esporte o direito da juventude ao esporte por meio de políticas públicas. Por tudo isso, o CEMJ tem ressaltado a relevância do tema esporte e juventude em uma perspectiva que busca associá-lo à questão do desenvolvimento do nosso país, já que ele pode ser fator estratégico para o processo de desenvolvimento. Coloca-se a necessidade de inserir o tema na agenda política, na agenda da construção da política pública.

Apesar da parceria, é bom dizer que, mesmo com todo o esforço do Ministério do Esporte, está na ordem do dia pensar uma política de esporte mais estruturada para a área de juventude. Não são com políticas focalizadas, como é o caso do Bolsa Atleta, que se traduz a dimensão de uma política para a juventude como sujeito de direitos. A iniciativa da realização dos megaeven-



tos esportivos é pertinente e essencial para a nossa economia, e todo legado que se construirá, porém, não pode ser encarada como política estruturante de esporte. Além disso, para uma política de esporte para a juventude, a dimensão da participação tem que ser central. Não é produtivo também criar falsa dicotomia entre o esporte participativo ou esporte de alto rendimento: as duas dimensões devem ser valorizadas, pois é preciso encontrar um equilíbrio entre eles enquanto política pública – porque todo jovem que quer praticar esporte não precisa praticar com a pretensão de ser um grande atleta. Deve-se valorizar a perspectiva da promoção de jogos de participação e de atividades esportivas nas escolas e universidades como uma política pública. Não podemos achar que a prática esportiva de um jovem deve ser orientada para ele ser um grande campeão, ou para ser um atleta olímpico. Sabemos que os exemplos de grandes atletas impactam positivamente a juventude, mas essa oportunidade é restrita para alguns. Por esse pressuposto, o CEMJ acha importante debater a concepção e as estratégias do esporte de participação para a juventude. Estamos descobrindo algumas pistas para pensar a questão e isso nos leva a traçar uma ponte entre a política nacional de esporte e as políticas públicas de juventude, que se encontram em implementação no âmbito federal. A I Conferência Nacional de Juventude reuniu mais de 400 mil jovens em todo o país e tirou em resolução como quinta prioridade para uma política nacional de juventude o acesso ao esporte. As resoluções apontam a necessidade de “ampliar e qualificar os programas e projetos de esportes em todas as esferas públicas enquanto políticas de estado, tais como programas Esporte e Lazer na Cidade (PELC), o Bolsa-Atleta, o Programa Segundo Tempo (com núcleos nas escolas, universidades e comunidades), democratizando o acesso ao esporte e lazer articulados com outros programas existentes”. Essa questão da articulação, da transversalidade, é um aspecto importante que deve ser levado em conta na formulação de políticas públicas de juventude. Como o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação se relacionam para pensar o esporte para a juventude? A articulação entre escola e esporte, universidade e esporte, é muito forte. Em grande medida, o jovem começa a ser interessar pelas práticas esportivas ou participar de jogos quando está na escola ou na universidade, seja na hora do lazer, do recreio, seja pelo interesse por certas modalidades esportivas nas aulas de Educação Física. Essa articulação esporte e escola deve ser provocada, mais pensada, de forma estruturante, pelo Ministério do Esporte, buscando diálogo com os setores envolvidos, na perspectiva de democratizar o acesso dos jovens ao esporte. Os jovens excluídos das práticas esportivas não devem avaliar que o esporte seja só com pretensão de ser um grande atleta. Precisamos encontrar caminhos que garantam a democratização e a universalização do esporte para a juventude. No Seminário Internacional que fizemos, aprovamos um documento com premissas para uma política de esporte para a juventude. O arcabouço dessas premissas é a articulação entre o sistema educacional e o sistema esportivo, para assegurar a participação dos jovens, promovendo-a nos por diferentes



atividades e eventos esportivos. Mas também entendendo o esporte como parte do processo de desenvolvimento humano da condição juvenil. Aliás, fazendo um parêntese, hoje o termo juventude não consta na Constituição brasileira. Há um projeto de Emenda Constitucional, a PEC da Juventude, que propõe incluir o termo na Constituição. Isso não é mero detalhe, já que, para pensar transformar a política de juventude em política de estado, é necessária a consolidação de marcos legais, como Plano Nacional de Juventude e o Estatuto de Juventude. Esses marcos presupõem o reconhecimento pela Constituição da juventude como segmento da população. Pensar em direitos como política de Estado passa por pensar os marcos legais, para que as políticas sejam mantidas independe dos governos, através de mecanismos legais. Outra questão para pensar a estruturação de políticas públicas é: como vamos garantir a participação social dos jovens na gestão das atividades esportivas? Quando se fala em gestão esportiva, constatamos que o jovem é excluído desse processo. Devemos garantir a participação dos jovens na definição, na implementação das políticas de juventude do seu município, da sua universidade, da sua escola. As ações que são desenvolvidas não podem ficar restritas à memória do gestor que está na função. Isso se resolve com processo de participação social na elaboração e acompanhamento das políticas públicas. A valorização das experiências das Atléticas universitárias se coloca nesse contexto. O Ministério do Esporte deve se nutrir das experiências dos espaços de participação juvenil, de associativismo juvenil. As ações desenvolvidas pelas Atléticas, por mais que muitas vezes sejam discriminadas – já que muitos apontam que elas só fazem festa, chopada, cervejada -, movimentam os interesses dos jovens, reúnem muitos os jovens. São experiências de organização da juventude, de protagonismo da juventude, já que eles estão vivenciando as políticas públicas na ponta. É fundamental o protagonismo juvenil na implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de esporte.

Outra questão é a da integração dos programas, buscando a intersetorialidade. O Plano Nacional de Juventude que se encontra no Congresso Nacional, de certa forma, garante essa perspectiva: assegurar que as políticas de juventude sejam vista de forma mais integrada. Os jovens estão inseridos no esporte por vários contextos e abordagens; têm-se várias formas de participação no esporte; tem-se várias motivações para a prática esportiva. Alguns querem se divertir, outros querem competir, outros querem fomentar as modalidades que mais têm afinidade, outros, ainda, querem estudar o esporte. A ampliação do Segundo Tempo para a universidade, coisa que o Ministério do Esporte vêm discutindo com os movimentos juvenis – apesar do corte orçamentário – penso que esteja levando em conta esse aspecto. Hoje ele contempla o público infanto-juvenil. Está na hora de pensá-lo, repaginado, para a implementação nas escolas, no Ensino Médio, e nas universidades.

Frente a tudo isso, está na ordem do dia estimular os núcleos de pesquisa que existem nas universidades, para demandar a proposição de políticas públicas mais democratizantes, bem



como para pensar a promoção dos jogos de participação pelo sistema educacional. Sem contar, a busca da valorização da Educação Física como disciplina escolar, fazendo com que os jovens tenham maior interesse por esse momento da formação escolar. Assim, novos formatos de jogos estudantis são necessários: para além das Olimpíadas Escolares e Universitárias, mais do que nunca, é fundamental pensar o esporte de participação.

Nesse contexto, situa-se o papel das Atléticas Universitárias, como organizações que, por estarem mobilizando a juventude, têm legitimidade para demandar políticas públicas e para apontar que rumo elas devem seguir. Mas a demanda tem que ter eco, deve sair dos muros da universidade, demandar a formulação do Ministério do Esporte. Essa é a disposição do Ministério, do governo Lula, de estar aberto ao diálogo com a sociedade e com a juventude na construção de políticas, de um projeto de desenvolvimento para o país. As Atléticas têm que se colocar como segmento estratégico para pensar a política de esporte para a juventude, aproveitando o ambiente da realização da Copa do Mundo em 2014 e pressionando para que o legado desse evento esportivo seja marcante para a juventude. Agradeço pela atenção e espero ter colocado questões provocantes!



O ESPORTE UNIVERSITÁRIO EM PERSPECTIVA

Luciano Cabral

*Presidente da CBDU (Confederação Brasileira de Desporto Universitário)
e vice-presidente da FISU (International University Sports Federation)*

Quero agradecer o convite da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e ao Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) pelo convite. Aliás, participar de espaço como esse é essencial para prestar atenção nas opiniões sobre o esporte universitário e dialogar sobre elas. Eu vim aqui para provocar uma discussão. Quero apresentar o que a CBDU faz hoje em relação ao esporte universitário, ressaltar o papel da CBDU nesse processo e as limitações na sua atuação. Mostrar o cenário em que a CBDU atua para as Atléticas é importante para que sejam encontradas soluções de forma coletiva, problemas que me incomodam desde o início da gestão.

Quero enfatizar que a CBDU esse ano (2009) completa 70 anos no dia 09 de agosto. Ela foi fundada em 1939. Contanto, o movimento do desporto universitário¹² já tinha presença em Minas Gerais desde 1935. O esporte universitário tem uma história bastante longa, uma história de altos e baixos, mas de maneira geral muito vitoriosa. É uma entidade que tem uma história muito ampla, que se colocou não só para o segmento acadêmico/estudantil, mas marcou o esporte brasileiro. A CBDU também esteve ligada a Federação Internacional, a FISU, que completa 50 anos nesse ano. Cinquenta anos de unificação, já que a primeira surgiu em 1918 e a segunda

12 -Sobre a etimologia da palavra desporto, transcrevemos aqui a opinião de Antenor Nascente, reconhecido filólogo brasileiro: "Nem desporto nem sport, esporte. Desporto é um arcaísmo que Coelho Neto procurou reviver quando se criou a respectiva Confederação (...) A palavra inglesa há muito tempo está aportuguesada e bem aportuguesada; é usada por toda a gente. Devemos usar a linguagem de todos, para não nos singularizarmos" (NASCENTES apud CASTELLANI Filho, L. O esporte... e os 500 anos. Disponível em Observatório do esporte (www.observatoriodoesporte.org.br)). Já que a palavra desporto figurou na criação das Conferederações, por tradição, mantém-se até hoje.



em 1919. As duas Federações internacionais unificaram-se em 1949. Se olharmos com cuidado, essa vinculação configurou historicamente um sistema esportivo consolidado entre federação internacional, confederações nacionais e federações estaduais.

Contudo, antes as federações estaduais eram mais precárias, desorganizadas. Lembro-me de uma situação em que fui visitar a Federação Universitária Baiana de Esporte (FUBE), quando era presidente da Federação de Esporte Universitário de Alagoas, e o que encontrei a sala da FUBE sendo utilizada como dormitório por uma pessoa que usava a sala e assinava as correspondências. Na época dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), ele reunia um grupo de pessoas, colocava no ônibus e iam jogar no JUBs. Não existia federação, nem de fato, nem de direito. Esse era o cenário que existia no esporte universitário. Hoje, nós vivemos outro momento. A Bahia tem um esporte universitário muito forte, mas vive um novo problema. Ela hoje é extremamente dependente de uma única instituição, a Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). As outras federações não conseguem acompanhar.

Outra questão é a relação das Atléticas com a CBDU. Nós estamos tentando buscar, dialogar, para contemplar o que não é esporte de alto rendimento. Hoje praticamente existem Atléticas em São Paulo. Nenhum outro estado tem as Atléticas na dimensão que São Paulo. Nos outros estados, a relação acontece diretamente entre o aluno, instituição de ensino, federação e confederação. Nesses casos, desaparecem as Atléticas, acabam não cumprindo mais papel. Para a CBDU isso é bom, já que para o esporte de alto rendimento – o que a CBDU promove hoje – uma relação mais formal com as instituições é necessária, já que é preciso comprovar que o atleta estuda e frequenta a universidade. Hoje o atleta do esporte universitário tem um ciclo de 06 anos. Depois desse período, independente se estiver estudante ou não, ele tem que sair, já que foi criado um conjunto de normas para regulamentar o sistema de esporte de alto rendimento. A relação direta com a instituição de ensino dá mais segurança para a CBDU na formalização do desporto universitário. Um exemplo: acabamos de punir a UNVERSO por três anos e outra instituição no Mato Grosso, por não terem atletas que não frequentavam a universidade. Foi comprovado e as instituições são afastadas do desporto universitário. Para formalizar e regulamentar o esporte de alto rendimento, a relação diretamente com a instituição é mais segura.

Agora, para a CBDU é muito ruim a ausência das Atléticas, já que a promoção do esporte de participação deve ser feita por elas. Em uma universidade que tem 20 mil alunos, 50, 40 se destacarão como atleta de rendimento. Contanto, não são todos que serão atletas de rendimento: os outros alunos querem fazer esporte, tem o direito ao acesso ao esporte. Nesse sentido, conforma-se o papel das Atléticas. A CBDU vem aqui nesse espaço propor esse diálogo a fim de contemplar esse segmento e dar vazão para a demanda da democratização do esporte.

Hoje a CBDU cumpre o calendário internacional. Isso tem sido muito importante para





a Confederação e para o esporte nacional. É louvável a atuação do Ministério do Esporte que vem estudando as experiências de outros países, para ver como podemos construir aqui a relação entre massificação e alto rendimento: como o esporte se coloca na escola e na universidade, qual o espaço do olimpismo, como se dá o encaminhamento para o alto rendimento. Montar essa lógica de um sistema de esporte é essencial para o desenvolvimento do país.

A cultura do futebol - e o futebol de alguns clubes - impregna o esporte de uma coisa muito ruim. No nosso país, o jovem vive na favela e coloca duas chances de ascensão na vida: ou tornar-se cantor de pagode ou tornar-se jogador de futebol, com a pretensão de ficar milionário, comprar uma Ferrari, namorar uma modelo e não precisar estudar. O esporte é considerado por essa perspectiva por muitos jovens, sejam da favela, ou da classe A. Mas a possibilidade de se tornar um jogador, é uma em um milhão. E, mesmo os que conseguem, acabam não estudando, tendo dificuldades em socializar, conviver, manter sua vida quando se tornam ex-atleta.

O esporte na academia, dentro da escola e na universidade tem o papel de socialização, de desenvolvimento humano. A CBDU reflete sobre esse aspecto, mas não temos capacidade de fazer isso, porque o nosso orçamento é pequeno, visto que o esporte de rendimento precisa de muito orçamento. Nossa opção foi cumprir o calendário internacional, retomar e fortalecer os jogos universitários – em parceria com o Ministério do Esporte, com a Rede Globo e com o Comitê Olímpico. Hoje são várias instituições que investem em esporte. Em São Paulo, temos duas que se destacam bastante: a UNISANTANA e a UNIP. Essas duas instituições precisam de jogos, precisam de eventos, precisam de competições, para manter suas equipes, porque não se justifica dar uma bolsa atleta, pagar um professor de Educação Física para ser técnico da equipe. As equipes precisam ter atividades. Assim, nós, da CBDU, estamos tentando fazer a Liga do Desporto Universitário para contemplar o calendário anual, realizando eventos o ano todo. Também apostamos no Fórum e no Congresso, que são abertos à proposição e à participação de qualquer pessoa. Apostamos também na pesquisa e na publicação. Temos tentado ao máximo encontrar uma solução para o esporte de participação e para o esporte educacional, já que temos dado mais atenção ao esporte de alto rendimento. Contanto, a promoção do esporte de participação na universidade deve ser realizado com mais seriedade. Vejo muitas situações em que apoiamos campeonatos em que os jogos são deixados de lado a favor da cerveja, da balada. Para nós, da CBDU, não dá para chancelar e conseguir dinheiro público para jogos que fujam da intenção de promover a prática esportiva. Lembro de uma Economíades, com 6 mil envolvidas nos jogos, e as Atléticas tinham estande fora do ginásio, mas na realidade eram bares montados, com distribuição de uísque. Não dá para o estudante tomar uísque e depois ir para quadra jogar. Isso banaliza a realização dos campeonatos universitários e a CBDU não irá chancelar eventos com esse caráter. Semana que vem, a CBDU estará viajando para a



Universíade¹³, para a qual a nossa delegação conta com Diego Hipólito, Natália Falavina, César Cielo, grandes atletas. Não podemos ao mesmo tempo construir o esporte de alto rendimento e apoiar competições com bares ao lado do ginásio.

Temos que encontrar uma forma que conteemple o esporte de alto rendimento e o esporte de participação na universidade. Para isso, envolver as Atléticas universitárias. A nossa angústia é essa, de tentar envolver, pensar uma forma de envolvimento. A CBDU tem uma proposta de fazer esse ano Jogos com baladas, para contemplar essa questão da integração, que é próprio dos jovens. Mas temos que ter muita tranquilidade para não correr nenhum risco. Hoje nós estamos respondendo a 16 processos judiciais de um atleta que machucou a perna em um jogo de uma Atlética – não era jogo da Confederação, nem da Federação Estadual - , mas acabamos assumindo, pois o atleta responsabilizou a CBDU. Hoje nós estamos respondendo diversas ações que não temos relacionamento direto. Precisamos discutir isso: a questão da responsabilidade de quem organiza o evento, a pessoa jurídica que recebe dinheiro público. Eu gostaria que as Atléticas procurassem a CBDU para discutir essa questão e pensarmos formas para que haja uma convergência das intenções.

Através do diálogo, conseguiremos pensar em alternativas. Lembro-me de uma conversa com a Cássia Damiani, no Ministério do Esporte, e ela sugeriu a proposta do Segundo Tempo Universitário, no esforço de envolver e estimular os Centros Acadêmicos, os Diretórios Centrais e as Atléticas na promoção do esporte universitário, tanto na disponibilização de equipamentos e materiais esportivos, quanto na oferta de recursos para a organização de equipes que venham a disputar com qualidade, a altura das instituições privadas, como vemos hoje. A CBDU se interessou muito por essa idéia.

Queria deixar claro que a CBDU é uma entidade que hoje está focada no esporte de alto rendimento – o dinheiro que temos hoje está sendo investido para isso, mas tem a preocupação com o esporte de participação. Hoje, se não me engano, são seis milhões de universitários no Brasil. Temos em nosso cadastro 152 mil atletas universitários que jogaram pelo menos um partida de alguma modalidade que a CBDU desenvolve nos últimos 4 anos. É muito pouco dentro do tamanho do universo de universitários no Brasil. Com essa constatação, a CBDU tem refletido sobre o que fazer para democratizar o esporte na universidade, discutindo especialmente com as universidades públicas. E, nesse contexto, as Atléticas devem ser protagonistas, pensando na articulação com vistas ao desenvolvimento social dentro das instituições.

Espero sinceramente que vocês vejam na CBDU uma parceira para buscar alternativas para que cada vez mais o esporte esteja presente na universidade. Cada vez mais, o diálogo seja estabelecido para que novas formas sejam propostas. Muito obrigado!

13 - A Universíade é um evento multidesportivo internacional, organizado para atletas universitários, pela Federação Internacional do Desporto Universitário (FISU).



POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE A PERSPECTIVA DOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS

Júlio Filgueira

Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte

Saudações a todos! Gostaria de agradecer ao CEMJ e à ANPG pelo convite a este Encontro de Atléticas. Penso que seja uma iniciativa inédita, em que há participação de muitas pessoas e entidades. Sou Secretário Nacional de Esporte Educacional e cabe à Secretaria a responsabilidade pelo esporte universitário. Por isso, temos no organograma da Secretaria a Diretoria de Esporte Universitário. Consideramos esse diálogo de muita importância, porque nos permite discutir na perspectiva da política setorial de esporte educacional, pensar a dimensão do esporte universitário enquanto política pública. Eu quero começar por essa questão, pois para nós, do Ministério do Esporte, é preciso desenvolver ações, realizar eventos, apoiar programas e mesmo desenvolver programas, mas, para além disso, é preciso discutir referências para a formulação de políticas públicas, já que o tempo de gestão é muito finito, seja para o Ministério, para as secretarias estaduais e municipais. As gestões passam e não é razoável supor que o Brasil não tenha uma política clara do que fazer com o esporte universitário. Então, eu acho fundamental que tenhamos esse espaço de diálogo com essa perspectiva: de discutir referências para a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, discutir os desafios da gestão do esporte universitário e as perspectivas dos jogos universitários assume uma dimensão estratégica e precisa ser avaliado a partir do aspecto do desafio da universalização do acesso ao esporte e ao lazer, o que é central na formulação das nossas políticas. Em outras palavras, a democratização do acesso ao esporte e lazer significa dizer que o acesso ao esporte e ao lazer é um direito. Em todo o Ministério, essa concepção está presente e não poderia deixar de ser elemento central para pensar esporte e juventude. Todo o Ministério





pauta-se por um princípio da nossa Constituição, por um dispositivo da nossa Constituição, que é o direito ao esporte e ao lazer. Quem observa o Artigo 6 da Constituição, depara-se com a proposição de que são direitos de todo cidadão o direito ao esporte, o direito à prática de atividades físicas com qualidade. Portanto, essa é a visão do Ministério do Esporte.

Tendo esse ponto de partida para discutir o esporte universitário, é preciso discutir o esporte universitário que chegue para todos os universitários, afastando da ideia de que a gestão do esporte universitário brasileiro seja legado a poucos, ou apenas àqueles que têm uma aptidão ou àqueles que já faziam esporte anteriormente, ou ainda àqueles que são atletas, àqueles que conseguem se dedicar ao treinamento esportivo e a competição. Ter como premissa o esporte e o lazer como direitos, pressupõe pensar o acesso na universidade e os mecanismos que asseguraram a garantia dos direitos. Assim, este ponto de partida tem servido para que o Ministério reflita em que ambiente serão garantidos os direitos ao esporte e ao lazer, como eles se efetivam enquanto prática da atividade física na universidade, como o universitário vai poder praticar o esporte no seu campus, na sua faculdade. Para isso, o Ministério do Esporte tem lançado mão, desde outubro do ano passado, de um projeto-piloto que está sendo analisado e investigado para que sirva como referência para outras universidades. O projeto¹⁴ abrange 7 universidades federais e 3 universidades estaduais – em um primeiro momento, todas públicas – e oferece, no ambiente da universidade, núcleos de atividades, núcleos de prática esportiva. Então, o jovem acadêmico que quiser se vincular a um desses núcleos passa a ter o direito a praticar esporte. Os núcleos assumem uma proposta de atendimento sistemático. O estudante pratica determinada modalidade durante 2 ou 3 vezes por semana, cumprindo um certo ciclo pedagógico. O estudante, então, tem certo vínculo a cumprir, vinculando-se de forma sistemática ao núcleo. O estudante não faz matrícula para participar do núcleo, mas ele sabe que na faculdade tem um núcleo, onde é possível jogar vôlei, handebol, futebol ou praticar atletismo, sob a ótica da participação, da valorização da autonomia do estudante. O estudante faz o esporte que deseja fazer. O núcleo não é necessariamente uma turma, ou uma equipe de treinamento esportivo. Se pensarmos alto rendimento na universidade, talvez pouquíssimos estudantes pudessem se vincular a uma turma de treinamento. Assim, pensar que o esporte está na universidade, porque existem meios na universidade para a formação de equipes para treinamento esportivo que irão participar de competições de rendimento resolve uma parte do problema. Contanto, não resolve a questão que tomei como ponto de partida: democratizar o acesso ao esporte. Se o esporte é alto rendimento, a premissa é de que

14 - O Programa Segundo Tempo Universitário é um projeto piloto da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), do Ministério do Esporte. O Programa Segundo Tempo Universitário objetiva democratizar o acesso ao esporte educacional recreativo e de lazer de qualidade na comunidade acadêmica a todos os estudantes universitários, prioritariamente, ao corpo discente, através da constituição de Núcleos Universitários como forma de possibilitar a re-significação do esporte como manifestação da cultura corporal.



uma pequena parte terá condições de participar e uma maioria ficará excluída dessa participação. Uma das saídas é a criação de núcleos de esporte nas universidades. Esses núcleos de esporte não têm característica de preparar para o rendimento. Serão núcleos para que a comunidade acadêmica possa simplesmente, de forma sistemática ou não, fazer esporte.

Hoje o direito ao esporte e ao lazer é muito exigido às crianças e aos idosos, como se fosse direito somente desses segmentos. Para as faixas etárias entre eles fica um vácuo. Quem pode pagar vai para uma academia ou para um clube. Já quem não pode, simplesmente não faz esporte. Ressalto, então, a premissa inicialmente indicada para podermos falar de gestão de esporte universitário. É preciso assegurar a existência de núcleos de esporte nas universidades. Esse é o primeiro passo.

Evidentemente que os DCEs, os Centros Acadêmicos e as Atléticas, além de organizar os jogos, participar da organização dos jogos, de organizar equipes que possam representar o curso, tenham a interesse de em que um maior número de pessoas da universidade possam ter acesso ao esporte e ao lazer. Portanto, além dos núcleos de esporte nas universidades, o segundo passo diz respeito aos jogos que assegurem a participação. Como outros convidados já devam ter apresentado, os JUBs completaram mais de 50 anos. Isto revela que eles estão extremamente disseminados no país. Tem uma longa história por trás da realização dos JUBs. Mas esses jogos respondem a uma pequena parcela dos estudantes universitários, porque são fundamentalmente jogos de alto rendimento. São jogos que visam o rendimento: ninguém entra no JUBs para confraternizar, para bater uma bolinha com os amigos, como meio de integração. As pessoas vão para os JUBs porque tem um determinado nível e vão para disputar, vão para competir. Dia 29 desse mês, embarcamos para a Sérvia para participar da Universíades. Serão 14 dias em Belgrado para a realização das Universíades. O Brasil irá com uma delegação de 200 universitários. Eles saíram dos JUBs. Eu pergunto para vocês se alguém tem dúvida que devemos participar das Universíades, levar vários atletas para disputar as Olimpíadas e que sejam universitários.

O que quero colocar é que, para discutir as perspectivas dos jogos universitários, é preciso olhar para o modelo que temos hoje, respeitar o modelo que está colocado e, de alguma maneira, fortalecer esse modelo. O Ministério do Esporte não parte da premissão de que é preciso mudar o que está aí, porque do contrário, estariam negando uma dimensão importante e necessária para o desenvolvimento do esporte brasileiro, o esporte de alto rendimento. Quando observo o JUBs, a posição do Ministério é reforçar os JUBs, mas pensar em alternativas para colocar lado a lado a essa estrutura de competições. A saída seria a realização de um grande torneio universitário de participação, em que as pessoas possam participar a partir da sua classe, da sua turma, do seu curso, a partir da sua universidade, e passem por sucessivas etapas até chegar a uma etapa nacional. Tomando o JUBs apenas como analogia, a realização de jogos universitários de participação, que



saem da sala de aula e chegam em uma etapa nacional, adquirem o perfil de um grande festiva; esportivo, do que propriamente de um jogo universitário. O mais relevante na realização desses grandes festivais, de grandes jogos de participação, é a troca, a interação, a massificação do esporte; a descoberta de novas modalidades; o resgate de modalidades de cunho nacional, de caráter nacional. Talvez não seja razoável termos um campeonato de peteca no JUBs, mas porque não ter em grandes jogos universitários de participação. Com isso, quero enfatizar as diferenças entre os JUBs e os grandes jogos de participação ou grandes festivais esportivos. A intenção é promover o coletivo de jovens que na universidade resolve se juntar para fazer esporte, porque gostam, ou porque consideram que faz bem, ou, ainda, porque praticar dá prazer, se conhece novas pessoas, se interage. Essa é a concepção que o Ministério do Esporte tem procurado trabalhar. É preciso que se dê resposta para as duas dimensões. Prova disso é que fizemos uma inflexão recente, em 2007, ao analisarmos o papel dos JUBs. O Ministério chegou a conclusão que o JUBs era alto rendimento e passou o acompanhamento dos JUBs para a Secretaria Nacional de alto rendimento. Pode parecer óbvio, mas, ao fazer isso, nós tivemos um gap durante certo período, pois, nós da Secretaria de Esporte Educacional, ao nos desresponsabilizarmos pelos JUBS, ficamos sem ter força de interlocução para apresentar alguma coisa no seu lugar. Em debate recente, travado entre o ministro Orlando Silva, o secretário-executivo Wadson Ribeiro e o recém-empossado, Ricardo Leyser, da Secretaria Nacional de alto rendimento, nós trouxemos os JUBs para a Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Não deixou de ter caráter de alto rendimento e nem nos parece razoável imaginar que vamos pôr outra coisa no lugar. Pensamos que, com o diálogo com a CBDU e outros interlocutores que hoje participam do sistema confederativo e participam dos JUBs, podemos construir o que deve ser colocado “ao lado”, os grandes jogos de participação. Portanto, essa é a síntese da visão que o Ministério do Esporte em todo: é preciso avançar olhando para a universidade na garantia do direito, tanto no fortalecimento da estrutura federativa/confederativa quanto na realização dos jogos universitários de participação. Nós estamos investindo para que a delegação brasileira vá a Sérvia. Não cabe um milímetro sequer de recuo de uma posição do Ministério, de apoiar o desenvolvimento do esporte universitário como parte do sistema do alto rendimento, mas sim de discutir o que colocamos ao lado, a fim de assegurar o direito da nossa juventude ao esporte e ao lazer.

Como procurei expressar para vocês, a nosso juízo, isto se daria através da criação de núcleos de esporte universitário e da realização de grandes jogos de participação, de uma grande mobilização, a partir da sala de aula, para que todos possam participar naquilo que sabem, no nível que tem. Sobretudo, ter o direito a participar, de se envolver e de ter o direito de ter no esporte uma manifestação. A exemplo, quando se fala de grandes festivais culturais, não se pensa somente para pessoas que sabem compor bem, ou para quem já é um grande poeta, ou para quem





é um grande artista plástico. Os festivais são reveladores de talentos. Sem dúvida, tem-se a possibilidade de ampla participação de pessoas. Isto deve ser buscado com esporte. Nós podemos ter, durante os jogos universitários, um momento ímpar de detecção de grandes talentos, mas sobre tudo ele deve estar orientado para ser um ambiente de participação e envolvimento, um ambiente democrático, de oportunidade, para que o esporte e o lazer efetivamente sejam para todos ou se não para todos, para todos aqueles que queiram praticar. Essa é a contribuição que eu trago aqui em nome do Ministério do Esporte. Obrigado!







O LEGADO DOS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS COPA DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS

José Roberto Gnecco

Professor do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Rio Claro. Atua como assistente técnico do Ministério do Esporte liberado pela Unesp. Graduado em Educação Física, mestre e doutor em Educação, realizou aperfeiçoamento em Administração Esportiva e Gerenciamento de Projetos.

Bom dia a todos! Sou professor da UNESP. Estou no Ministério do Esporte desde 2006, na véspera dos Jogos Pan-americanos. Agradeço o convite da União Estadual dos Estudantes (UEE/SP), da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG) e do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Há vinte anos, fui vice-presidente da Liga das Atléticas da universidade que eu estudei. Naquela época, me lembro dos problemas e das dificuldades de trabalho nas Associações Atléticas. Quando fazemos um evento de esporte universitário na universidade, lidamos com uma série de outros atores políticos, que tem outras visões de esporte, tem interesses diferentes dos atletas e das Atléticas, tem que lidar com a posição da universidade, tem que lidar com o prefeito da cidade onde será realizado o evento, com a mídia local, entre tantos outros interesses. Isso não é questão menor.

A minha fala irei apresentar algumas opiniões sobre como a juventude pode ser pensando no contexto da candidatura aos Jogos Olímpicos. Primeiro, é importante demarcar que a candidatura não é posição única e exclusivamente do Ministério do Esporte, mas é uma posição construída entre quatro parceiros institucionais: o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal. Estou dizendo isso, porque faz parte do jogo político: a forma como se apresenta, seja a candidatura aos Jogos Olímpicos, seja a forma como será realizada a Copa do Mundo de 2014, seja como serão realizados os JUBs, ou um evento na faculdade. Às vezes, uma proposta, que a princípio estaria voltada para o acesso ao esporte pela juventude, defendida com veemência



pode servir a outros interesses. Quando trabalhamos com atores políticos diferenciados, isto está sempre presente no nosso cotidiano. Esse foi um problema que enfrentamos quando fizemos os Jogos Pan-americanos. No Pan, no Rio de Janeiro, nós tínhamos o prefeito, o César Maia; o governador, que era o Garotinho e depois foi a esposa dele; o presidente, primeiro era o Fernando Henrique Cardoso e depois o governo Lula; e o Comitê Olímpico Brasileiro. Então, qual era a situação? Tínhamos forças que se digladiava. Até hoje vemos na imprensa elogios e críticas aos Jogos Pan-americanos. Na ocasião, o prefeito César Maia capitaneou a candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Pan-americanos e propôs um monte de coisas, como a linha de metrô que saia da Barra, onde foi a sede da Vila Pan-americana, até o Galeão, para o aeroporto. Para quem conhece o Rio de Janeiro, fazer 40 quilômetros de metrô é muita coisa. Não apresentava como ia ser o financiamento, apenas colocou no projeto para o Pan. O Governo Federal teve que assumir outras coisas mais urgentes, mais necessárias, de outra forma, não seriam feitas. Então, a organização de um evento é mais político do que técnico. Quando fazemos megaeventos ou eventos na nossa universidade, temos que administrar diferentes atores políticos. Temos que construir com quem é oposição, com quem está hierarquicamente acima e abaixo.

Este problema está presente na organização da Copa também. Quem tem acompanhado as notícias sobre a Copa, desde o começo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) se apossou das informações. Apresentou que para os jogos da Copa, eles não querem dinheiro público. A CBF garante a Copa sem dinheiro público. O que eles querem dizer é que o Governo Federal deve cuidar das obrigações típicas do governo: mobilidade é funcionar avião; funcionar trem; funcionar transporte público. Na visão da CBF, o Governo Federal deve garantir que a infra-estrutura necessária para o evento seja feita. Já o que é específico do esporte, aquilo que diz respeito à infra-estrutura específica do esporte, isso será responsabilidade das cidades que apresentaram candidaturas. O estádio é de responsabilidade das prefeituras e do governo estadual. A operação do evento será de responsabilidade da CBF, que não quer dinheiro público para a execução. Para a organização de megaeventos esportivos, sempre está colocada a necessidade de lidar com atores, apreender ligar com atores que tem pensamentos muitas vezes divergentes. Isso faz parte da política real. O presidente Lula não implementa o governo que ele gostaria de implementar, mas um governo real, resultado da interação com o Congresso Nacional; com os atores políticos que tem força, a exemplo do PMDB. Esse é o jogo da democracia, faz parte da administração do Estado. Tudo isso colocado tem um impacto na organização de um grande evento esportivo.

Pensar o impacto no papel da juventude em um megaevento esportivo: é um aspecto central a ser levado em consideração. Pensando em exemplos: se analisarmos os Jogos de Pequim e os que aconteceram em Moscou, em 1980, eles foram praticamente totalmente financiado pelo Estado, pelo poder público. Já os Jogos Olímpicos de Atlanta, de 1996, e de Los Angeles, de



1984, foram preferencialmente financiados pelo setor privado. Na última hora, o investimento privado não deu conta dos custos. Outra estratégia que podemos também analisar é o modelo de Barcelona, em 1992, que é um bom modelo de realização de evento esportivo. Lá os Jogos serviram para recuperar a cidade, inserir a população no evento. Outro exemplo foram os Jogos Olímpicos em Sidney. É um bom modelo de evento que levou a recuperação do meio-ambiente. Contanto, do ponto de vista social, Barcelona destacou-se mais. Hoje todos conhecem Barcelona, já ouviram falar na cidade, superaram Sevilha em visitação turística.

Feitas essas considerações políticas, eu quero falar um pouco dos Jogos Olímpicos e o quanto pode ser importante para a juventude a candidatura do Rio de Janeiro. Acabei de destacar o papel dos Jogos para um país ao mundo, como é o caso da China. A Rede Globo fez na época até novela sobre a China. Ela utilizou os jogos para se inserir no mercado da tecnologia da informação. Até os Jogos Olímpicos, ninguém conhecia a marca Lenovo de computadores, ninguém conhecia as televisões Samsung. Hoje podemos dizer que eles estão posicionados no mercado mundial. Outros dois modelos, Austrália e Espanha, podem ser analisados como modelo turístico, com recuperação social e ambiental. Assim, os Jogos Olímpicos para o Rio de Janeiro podem trazer muitas melhorias de infra-estrutura turística. Se hoje param sete navios no porto do Rio de Janeiro, cada um com 4 mil turistas, quantos banheiros serão precisos para dar atendimento? E nos aeroportos, quantas pessoas terão que trabalhar no check-in, na Polícia e na Receita, para autorizarem a entrada no país? E se o turista resolve passear pelas cidades litorâneas? Com os Jogos, a pretensão é fazer a limpeza da lagoa da Barra; a melhoria do transporte coletivo, especialmente, o metrô; a modernização do aeroporto e a ampliação da rede hoteleira – que, aliás, foi construída nas décadas de 1950 e 1960, quando o Rio era capital da República. Já para o Brasil, haverá um reposicionamento da marca Brasil. Quando apresentamos uma candidatura aos Jogos Olímpicos, nós mostramos que podemos, que somos competentes, que temos vontade política e capacidade financeira e técnica para realizar um evento desse porte. É a mesma coisa quando vocês, das Atléticas, apresentam a candidatura da cidade para sediar os JUBs, ou para sediar o INTERUNESP. É a chance única de mostrar capacidade e se destacar, de apresentar a universidade e a própria cidade. Assisti a uma palestra do coordenador da candidatura de Madri. Em 2012, Madri ficou entre as 5 finalistas. Perdeu a candidatura, mas ficou entre Nova Iorque, Paris, Londres e Moscou. O prefeito de Madri disse que, mesmo sem a vitória, ficou tudo bem, já que Madri pode ser considerada do mesmo nível das cidades finalistas. Hoje, Madri é a segunda cidade de porte de entrada na Europa; o primeiro local de voos para a Europa é Paris e o segundo local é Madri. Então, eu quero destacar que uma candidatura aos Jogos Olímpicos e a realização da Copa do Mundo servem para mostrar o Brasil ao mundo. Muita gente não conhece o Brasil. Acha que é um país exótico.



Ainda, outro aspecto importante é a valorização do esporte no processo educacional como um todo. É a chance de se fazer a interlocução com o MEC e defender a importância de que o esporte e a Educação Física sejam mais valorizados na universidade. Considerada uma vitória para a área de educação, a descentralização do conteúdo pedagógico das escolas fez com que cada escola tivesse o seu projeto pedagógico, respeitando um conjunto pequeno de regras. Isso impede que o governo federal tenha um projeto unificado para a Educação Física Nacional e vinculado com o projeto de desenvolvimento da ciência e tecnologia em nível nacional. Para respeitar a democracia do poder local da escola e aumentar a consciência daqueles que participam do processo, fica mais difícil ter uma política de Estado para a escola, chegando no nível do conteúdo. Na realidade das universidades não se vê projeto local, de Educação física, nem currículos unificados.

Outra questão é o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Por exemplo, o Brasil não tinha campo oficial para uma modalidade olímpica que pouca gente conhece, o hóquei sobre a grama. O Brasil não tinha campo oficial até os Jogos Pan-americanos. Mas é uma modalidade que o Brasil deve ter seleção, ter time, já que quer disputar a candidatura aos Jogos Olímpicos. São 26 esportes olímpicos que se dividem em 42 modalidades olímpicas. Não tem como o Brasil ter pretensões de se posicionar bem, tanto esportivamente quanto do ponto de vista da organização esportiva, se não tivermos praticantes em todas as modalidades. Esse é um processo que o Ministério do Esporte nesta gestão começou a desenvolver. Não é à-toa que nós perdemos tão escandalosamente as candidaturas anteriores. Era fanfarronada. Eram candidaturas que não tinha base. O Ministério do Esporte tem construído nos últimos anos o nosso desenvolvimento gradativo no esporte de alto rendimento.

A candidatura tem uma sequência: é preciso apresentar um dossiê de candidatura em três volumes. Vou apresentar uma visão geral do dossiê apresentado. O primeiro aspecto destacado foi a inspiração ao engajamento da juventude. O Brasil e o continente sul-americano nunca sediaram os Jogos Olímpicos. Já aconteceram na América Latina, em 1968, no México. A América do Sul e a África nunca receberam os Jogos Olímpicos. A partir da candidatura olímpica, o Brasil pretende envolver uma grande parcela da juventude na realização dos Jogos. Pretende também fomentar a transformação social através do esporte. Vou dar um exemplo concreto. Em outros países, as vilas olímpicas viraram hotéis, condomínios de luxo, etc. No caso brasileiro, a candidatura do Rio de Janeiro pode favorecer uma moradia melhor para as comunidades que estão nos morros, nas favelas. O foco é dar melhores condições de vida para aqueles que não têm. Já a Copa do Mundo, muitas cidades irão sediar os jogos. Será necessário uma articulação e sincronismo entre a organização da Copa e dos Jogos Olímpicos. Ou seja, a Copa deverá preparar o Brasil para receber os Jogos Olímpicos de 2016.

Uma promoção global do Brasil e a entrega dos jogos com sucesso absoluto foram feitas





nos Jogos Pan-americanos. Do ponto de vista esportivo, ninguém da área do esporte questionou a organização do Pan. Os jogos no Rio de Janeiro são realizados em quatro grandes áreas: a Barra, onde fica a Vila Olímpica; Copacabana, onde são realizadas as atividades de praia; o Maracanã, onde fica o futebol e atletismo e, no Deodoro, uma antiga vila militar, onde acontecem as provas com características mais próximas à atividade militar, tal como tiro, hipismo, o pentatlo moderno, algumas modalidades radicais – mountain bike, canoagem, etc.

O legado dos Jogos Olímpicos para o Brasil e o Rio de Janeiro é uma transformação física e ambiental da cidade. É a inclusão social com moradia, treinamento, geração de empregos e contratação e compra de serviços das comunidades, particularmente aos que se referem ao jovem e a sua educação. Um maior investimento dos governos, através de dois programas: o Segundo Tempo - coordenado pelo Júlio Filgueiras, que hoje atende um milhão de crianças e adolescentes e pretende atingir três milhões em 2016 - e o programa Mais Educação - uma linha de financiamento do Ministério da Educação para a construção de infra-estrutura física em escolas, que envolve recursos na ordem de 400 milhões de reais até 2016. Outro aspecto do legado é a maior valorização do profissional de Educação Física, que implica também no aumento da participação das Olimpíadas Escolares e Universitárias, de dois e meio milhões de estudantes para 5 milhões de escolares e universitários. Elas tendem a proporcionar a difusão de valores olímpicos de amizade e respeito para a inspiração em educação da juventude. Sem contar, a estrutura física e de treinamento criada, através dos centros olímpicos de treinamento, favorecendo a dinamização do esporte de alto rendimento e uma organização para a detecção de talentos. Hoje temos prefeituras que investem nessa dimensão do esporte: é o caso da prefeitura de São Paulo, que tem um centro olímpico; o Rio mantém as vilas olímpicas; Manaus tem uma vila olímpica; etc. Temos ainda as confederações: a Confederação de Ginástica conta com um centro em Curitiba; a Confederação de Tiro com Arco tem instalações no litoral do Rio de Janeiro; etc. Sem esquecer, os clubes espalhados pelo país. É necessário articulação entre essas estruturas, em que integre o setor privado e o setor público, de forma que aquele jovem que se destaca tenha condição de chegar e crescer no esporte de alto rendimento. Isso ainda não está resolvido na história brasileira.

A candidatura aos Jogos Olímpicos se insere numa situação em que o Brasil vive uma janela de oportunidades. Nós sediamos os Jogos Sul-americanos de 2002; sediamos os Jogos Pan-Americanos de 2007; iremos sediar os 5º Jogos Mundiais Militares em 2011; vamos receber a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e somos candidatos aos Jogos Olímpicos em 2016. No dia 02 de outubro é a escolha da cidade-sede. A idéia que está presente no dossiê, de envolver 65 milhões de jovens do Brasil, dar acesso ao esporte, será o principal legado dos Jogos Olímpicos, pensando nesses aspectos que apontei, sejam inclusão social, novas moradias, qualificação e emprego, particularmente para a juventude, educação, etc. Será um am-



plo movimento de disseminação dos valores olímpicos. Para citar alguns projetos que constam no dossiê da candidatura: a criação de jovens embaixadores da candidatura; criar concursos em temas relacionados aos Jogos Olímpicos; criar uma agência jovem de comunicação para envolver estudantes de comunicação; criar conferências de esporte para jovens; consolidar um programa de guias-jovens para o Rio de Janeiro; realizar um acampamento para jovens do mundo do todo que queiram acompanhar os jogos. Todas essas propostas envolvem diretamente a juventude e constam no dossiê da candidatura.

Por último, pensando nos aspectos da gestão do esporte universitário, eu quero reforçar a necessidade de se atender tanto o esporte de alto rendimento quanto o esporte de participação no esporte universitário. Falta um sistema que permita o estudante universitário crescer no esporte ou que permita ter acesso a prática esportiva sem pretensão de ser atleta de rendimento. Falta uma maior efetividade do sistema universitário: quantas pessoas não praticam esportes nas suas universidades, mas nunca viram a Federação Universitária Paulista (FUP), nunca viram a federação universitária. Não é culpa do dirigente: é um problema maior de articulação; falta uma maior presença do esporte de participação nas universidades; falta uma maior sincronização entre as propostas para a juventude e os megaeventos esportivos no Brasil. Para isso, as Atléticas e as entidades estudantis, especialmente a União Nacional dos Estudantes, deve agendar reuniões com o Comitê de candidatura do Rio 2016, com o Comitê Organizador da Copa e o Comitê organizador dos Jogos Mundiais Militares. Há uma série de assuntos, que dizem respeito à questão da juventude, que devem ser discutidos nos Comitês organizadores.

Eu quis mostrar o que até agora foi produzido pelos quatro entes envolvidos, Prefeitura, Estado, União e Comitê Olímpico Brasileiro, em relação ao que toca às propostas para a juventude na candidatura do Rio e do Brasil aos Jogos Olímpicos. Coloco-me à disposição e muito obrigado pela atenção.



